

Documentação de apoio aos livros

Cálculo Financeiro

· Teoria e Prática

1ª edição (2004)

2ª edição (2007)

· Exercícios Resolvidos e Explicados (2008)

· Casos Reais Resolvidos e Explicados (2008)

ISBN 978-972-592-176-3

ISBN 978-972-592-210-1

ISBN 978-972-592-233-0

ISBN 978-972-592-234-7

Rogério Matias

Escolar Editora

“Batatas e feijões”

Artigo da autoria de Pedro Eiras Antunes

(in Diário Económico, 28/02/1997)





Batatas e feijões

Pedro Eiras Antunes

(Diário Económico, 28/02/1997)

Não misturar “batatas com feijões” é uma expressão que uso repetidamente para chamar a atenção dos meus formandos, quer sejam alunos académicos, quer sejam executivos empresariais, para a necessidade de evitar a armadilha da chamada “ilusão financeira”. Iludir-se financeiramente significa, em

linguagem simples, ignorar ou avaliar incorrectamente o impacto da depreciação do valor do dinheiro no tempo. Ou, por outras palavras, ter dificuldades em comparar o valor relativo de dois valores monetários desfasados no tempo.

O raciocínio financeiro é, para muitas pessoas, uma realidade que confundem com esquisitas maquinações matemáticas, só decifráveis por uns quantos iluminados. Para muitos jovens no início de uma licenciatura de gestão, economia ou mesmo engenharia, a aprendizagem do cálculo financeiro corresponde a um suplício e toma por vezes a imagem de um verdadeiro calvário académico. De chumbo em chumbo, muitos jovens “emperram” no aprendizado dos meandros dos mecanismos de capitalização, actualização, rendas, empréstimos, taxas equivalentes, nominais, efectivas, leasing, etc., etc., etc.. Outros, paradoxalmente, deambulam, com a leveza de passarinhos espertos a quem ninguém ensinou a voar, por entre fórmulas peçadas de apóstrofes, somatórios e expoentes. O que para uns é tabu, para outros é uma evidência óbvia. O que distingue uns dos outros? Será que uns são mais burros do que outros? Não creio.

Quer a nível mundano, quer a nível académico, as fronteiras entre os que aprendem sem qualquer problema a lógica do raciocínio financeiro e os que bloqueiam perante a avaliação de uma decisão simples de poupança versus consumo, são ténues. De facto, a capacidade de raciocinar lógica e “financeiramente”, com rigor e precisão, está ao alcance de qualquer um. Basta um pouco de pedagogia, alguma persistência e a percepção da necessidade de dar mais importância a uma das dimensões fulcrais do pensamento humano: o tempo.

O ensino do cálculo financeiro deveria ser extensível a todos os curriculum universitários, como disciplina obrigatória.

Para muitos jovens no início de uma licenciatura de gestão, economia ou mesmo engenharia, a aprendizagem do cálculo financeiro corresponde a um suplício e toma por vezes a imagem de um verdadeiro calvário académico. De chumbo em chumbo, muitos jovens “emperram” no aprendizado dos meandros dos mecanismos de capitalização, actualização, rendas, empréstimos, taxas equivalentes, nominais, efectivas, leasing, etc., etc., etc.. Outros, paradoxalmente, deambulam, com a leveza de passarinhos espertos a quem ninguém ensinou a voar, por entre fórmulas peçadas de apóstrofes, somatórios e expoentes.

Costumo afirmar que “raciocinar financeiramente” é quase sinónimo de “raciocinar temporalmente”. Quando pensamos, entrecruzamos no nosso raciocínio as variáveis *espaço* e *tempo*, referenciando-as a objectos, padrões e valores. A

arrumação lógica do raciocínio é tanto maior quanto maior a “frieza” com que pensamos, o que em linguagem simples se refere a arrear a emotividade do raciocínio. O postulado da racionalidade é, como sabem, um dos pilares de qualquer ciência exacta. E sem esse postulado, dificilmente muitos premiados com o Nobel da Economia seriam hoje conhecidos. A modelização da realidade, ponto de partida para o conhecimento dos seus mecanismos, baseia-se em grande medida nesse pressuposto. As finanças, como qualquer outra ciência, procuram, nem sempre com sucesso, parametrizar a emotividade, a aleatoriedade e a incerteza. À emotividade

apelida-a de *expectativas*. À aleatoriedade chama-lhe *risco sistemática*. À incerteza específica dos eventos denomina-a de *risco*, após lhe dar o cunho da mensurabilidade. Assim, uma vez confinada a realidade a um conjunto de padrões de referência, o financeiro apresta-se a medi-la, avaliá-la e a projectá-la.

O tempo é uma variável fundamental neste percurso de simplificação. Raciocinar financeiramente é, essencialmente, adoptar e apostar na referência da

realidade sobre a qual se tomam opções àquilo que designo de “recta do tempo”. Sendo a realidade um desfilar de eventos sobre essa recta, o decisor intenta relacioná-los e avaliá-los. Na recta do tempo assenta toda a realidade monetarizável, o que nos dias de hoje, mercê do elevado materialismo que nos caracteriza, é quase uma regra. Veja-se que a sociedade actual, em termos dos padrões ditos ocidentais, é uma “sociedade do dinheiro”, que deve muito da sua estabilidade à intrincada teia contratual que une os agentes económicos. A todos os níveis - social, cultural, económico - as relações entre pessoas e entidades, mesmo as



que têm na base interesses aparentemente não monetários, baseiam-se em acordos de contraprestações financeiras a prazos mais ou menos longos. O trabalho justifica-se pela sua remuneração. O subsídio, pelo seu impacte reprodutivo. O empréstimo, pelo seu reembolso acrescido do juro. O investimento, pela sua dimensão potencial de geração de valor para o investidor. O bem-estar confunde-se com o consumo, e o consumo implica aquisição. Como a aquisição é um acto temporalmente

A capacidade de raciocinar lógica e “financeiramente”, com rigor e precisão, está ao alcance de qualquer um.

definido, a contraprestação financeira do consumo implica a necessidade de obtenção de fundos, o que dá lugar à actividade do crédito.

Numa postura voluntariamente financeira, mas que penso ajustada à realidade, é possível conceber uma empresa como uma teia contratual que une interesses de pessoas em torno de contraprestações monetárias. O sistema circulatório da empresa são os fluxos de caixa, que correm internamente e externamente. No equilíbrio desse sistema, que carece de cuidados intensivos, joga-se a sobrevivência da empresa e, por arrasto, a coesão dos recursos em torno dela. Afecte-se a circulação do dinheiro numa empresa e logo surgirão os desequilíbrios provocados pelas rupturas de tesouraria, implicando incumprimentos contratuais com implicações de médio/longo prazo na actividade. A um nível macro-económico, a gestão do dinheiro obedece em termos gerais à mesma metáfora. A actual preocupação dos nossos economistas com indicadores de défices, de taxas e de balanças, em sobreposição aos aspectos mais qualitativos da realidade social, é uma evidência do que afirmo.

Aliás, a cultura é um fenómeno que por si só, e que me desculpem os sociólogos, dificilmente justifica a coesão dos recursos empresariais em torno do “empreendimento”. Nos dias de hoje, caracterizados pela agressividade dos mercados, pela mudança que induz a obsolescência rápida, e pelo alargamento da escolha disponível para o investidor, já não basta a vontade, a cultura ou a imagem para fazer uma empresa. É necessário, sobretudo, capital.

Tudo isto serve para, voltando às minhas ilações

iniciais, acrescentar que se torna essencial que, numa base alargada, as pessoas sejam dotadas da capacidade de racionalizarem financeiramente a sua vida em sociedade. Só assim se tornarão mais conscientes do seu papel relativo na “nova” sociedade, que quer se goste quer não, vive em torno do dinheiro.

O ensino do cálculo financeiro deveria ser extensível a todos os curriculum universitários, como disciplina obrigatória. Aprender a referenciar valores a determinados momentos do tempo, ser capaz de perceber a relação entre rendibilidade e risco, ou exercitar a decisão, com base financeira, sobre informação referente a períodos plurianuais, deveria ser pré-requisito de qualquer profissional qualificado. Seja ele gestor, advogado, engenheiro ou médico. E sobretudo, se tiver a responsabilidade de tomar decisões envolvendo recursos dos outros. Que é o que fazem todos aqueles que exercem funções de gestão.

(Reproduzido do jornal *Diário Económico*, com a devida vénia. Os realces são da responsabilidade de Rogério Matias).